

O antissemitismo como conceito moral



Por **WESLEY SOUSA***

Reduzir a crítica a um Estado genocida a um preconceito é a manobra final que corrompe a memória do Holocausto para legitimar uma nova barbárie

1.

Alguns poderiam estranhar o título do texto, se levando em conta que, na “tradição dialética”, o tema do antissemitismo é amplamente discutido, seja como elemento histórico, seja como reflexão teórica, por parte de uma miríade de intelectuais. Meu intuito, porém, é outro, e o caminho para isso, bastante circunscrito.

O ponto de saída do meu texto, de modo direto, é apontar que o uso instrumentalizado do termo “antissemitismo” atualmente guarda uma íntima relação entre imperialismo e colonialismo. Há uma vasta literatura historiográfica sobre o assunto (a relação entre imperialismo e colonialismo junto ao sionismo), mas o objetivo é articular uma crítica ao termo “antissemitismo” no qual também se baseia seu discurso moral, ou seja, como uma definida maneira de escamotear o que está em seu fundamento, para se sustentar nos efeitos práticos de sua ideologia. Como se a crítica de crimes de Guerra e genocídio por parte de Israel pudesse ser acusada de antemão como “antissemita”.

Em resumo, o argumento pretendido por mim em sua desenvoltura é de se voltar ao sentido não apenas sociolinguístico, mas do conteúdo conceitual (atribuição moral), segundo ao qual o termo “antissemitismo” assume, hoje, um conteúdo para legitimar práticas políticas e de violência sob signo do discurso.

Por que conteúdo moral? A salvaguarda de que o Estado pudesse ser algum tipo de “memória coletiva”, ao prescrever o tipo de “herdeiro moral” das vítimas do Holocausto, se transformou numa prática da “verdade histórica” portadora de fundamentos irrevogáveis ou inquestionáveis. A afirmação é potente, por isso precisa ser desdobrada. Baseado neste mito, o discurso é “o mais difundido e o mais insidioso dos mitos sobre o sionismo.”

Os ideólogos desse movimento se dizem envoltos no sudário coletivo dos seis milhões de judeus que foram vítimas do assassinato nazista” (Shoenmann, 2008, p 45). Para o historiador Ralph Shoenmann, a “cruel e amarga ironia dessa falsa reivindicação reside em que o movimento sionista manteve desde o princípio uma ativa coalizão com o nazismo” (Shoenmann, 2008, p. 45).

O sociólogo Maurício Tragtenberg, no artigo “Dialética do sionismo” [1982], afirma o seguinte: “O sionismo no seu início não é somente o produto dos nacionalismos europeus, faz parte da última vaga da expansão imperialista. O sionismo apareceu cem anos depois, sem poder beneficiar-se do movimento da expansão europeia, trinta anos antes, para encontrar a resistência afro-asiática à sua presença em terra árabe” (Tragtenberg, 2003, p. 2).

2.

Meu texto, por sua vez, joga luz à premissa de que o termo “antissemitismo” faz parte de um discurso que não é jamais desligado de seu contexto, seus usos e as respectivas apropriações. Portanto, resta afirmar que a instrumentalização para chantagear e menosprezar aqueles que não coadunam com as práticas dominantes termina por transformar um substantivo em um conteúdo moral, o qual serve para incapacitar e inviabilizar quaisquer críticas e ações coletivas de resistência e emancipação.

Desde sua criação, não tenhamos dúvidas, o Estado-Israel assume o papel vitimista, tendo como discurso e propaganda a pressão diplomática. Aliás, nisso reside o central problema: uma memória que busca se resguardar no poder do Estado se torna similar à ideologia que resguardou no poder do *Führer* o discurso de uma Alemanha triunfal.

Em “A ordem do discurso”, aula inaugural no *Collège de France*, em dezembro de 1970, o filósofo Michel Foucault desenvolve um interessante argumento, que aqui se faz relevante: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar” (Foucault, 2012, p. 10).

A crítica desenvolvida pelo autor abre um campo de questionamentos acerca da institucionalização do discurso, que lhe confere, entre outras coisas, poderes de exclusão e de interdição. Assim, em quaisquer discursos, o que Foucault deixa entender é que pode haver dois recursos frente a eles: um crítico e outro genealógico. No primeiro caso, o princípio de inversão, temos as formas de exclusão e de limitação. O segundo se propõe a entender como os discursos foram formados a partir de práticas e sistemas de coerção. Portanto, analisam-se quais regras de produção e perpetuação dos discursos e as suas variações. Segundo o autor: “a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação” (Foucault, 2012, p. 70).

Para dar contornos objetivos ao argumento, tomemos a clara e inequívoca definição prática de antissemitismo proposta pela Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA, sigla em inglês). Esta definição foi adotada por dezenas de países. O uso “definidor” atribui responsabilidade moral àqueles que praticam o antissemitismo. A carga normativa, no entanto, serve como instrumento de chantagem às críticas que se fazem das políticas de Israel, fazendo-se esquecer seus verdadeiros fundamentos materiais e conjunturais.

No seu eixo central, podemos ler, por exemplo, que há a vinculação entre antissemitismo e o Estado de Israel. Para dar contornos mais claros: para se ter uma ideia, entre as 10 definições desse guia prático, [seis delas](#) vinculam diretamente à crítica ao Estado de Israel ao antissemitismo. Nesse sentido, temos de antemão o que já se aponta como o “conteúdo moral” por detrás de seu elemento histórico.

Segundo este fundamento, está vinculado à dada estrutura social responsável pela manutenção dos valores correspondentes. Para isso, é preciso dispor de rituais e estratégias específicas de disseminação dos discursos. O que chama a atenção é a imposição discursiva em volta. Assim, nas práticas comuns e nas instituições, ainda segundo Foucault, temos diversas doutrinas (religiosas, políticas e filosóficas) as quais elas se fundamentam. Nas palavras do filósofo francês: “A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam” (Foucault, 2012, p. 43).

3.

Vejamos com isso o que nos interessa ao argumento: em um dos pontos está escrito ainda na lista proposta pela IHRA, o seguinte: “É antissemitismo negar ao povo judeu o seu direito à autodeterminação afirmando, por exemplo, que a existência do Estado de Israel é um empreendimento racista”. No entanto, como lembra o historiador israelense Ilan Pappé (cf. Pappé, 2022), trabalhando com fontes primárias nos arquivos das Forças Armadas Israelenses, ele apresenta uma ampla documentação oficial para sustentar sua afirmação de que Israel é criado a partir da limpeza étnica palestina (expulsão de quase 800 mil palestinos de suas casas e terras e dezenas de massacres).

A socióloga brasileira Berenice Bento, em janeiro de 2024, escreveu que “A instrumentalização da luta contra o antissemitismo por sionistas revela, por sua vez, um processo de palestinação do mundo capitaneado por Israel, que impõe uma censura global aos despossuídos e seus aliados, os impedindo de demandar reparação por crimes do passado e do presente” (Bento, 2024). Essa afirmação é reveladora em vários aspectos. O primeiro deles é que a instrumentalização do termo “antissemitismo” não é algo trivial, e se atrela à forma global das políticas bélicas. É revelador que o uso instrumental do “antissemitismo” tem sido cada vez mais evidente para censuras de intelectuais e ativistas à causa palestina (Bento, 2024).

Outro ponto é que o processo de censura, que atinge também os intelectuais e acadêmicos (figuras como Judith Butler, Naomi Klein e Noam Chomsky, e no Brasil, Breno Altman – todos eles inclusive descendentes judaicos), com seus discursos legitimadores diante do gesto da dominação, não é algo nada desprezível – a convivência. Mesmo alguns teóricos da chamada “teoria crítica” assumem posturas similares (como o caso de Jürgen Habermas, Reiner Forst, Ingo Elbe e seus discípulos).

Por sua vez, ao apresentar a responsabilidade das autoridades sionistas no maior genocídio da história do século XX, a filósofa Hannah Arendt chega diretamente ao cerne do problema: não basta responsabilizar os nazistas; não basta também colocar o caso Eichmann como a “expressão” singular do antissemitismo; é preciso dizer a verdade, ou seja, expor o movimento que conduz todo o discurso.

A crítica da filósofa ao sionismo não se limitava ao passado, pois dirige ao mesmo tempo para o nosso presente. Segundo Hannah Arendt, a persistência na divisão entre judeus e os outros povos, classificados por eles como inimigos, segue-se como consequência de uma desastrosa política judaico-israelense estabelecida no Oriente Médio.

De modo acertado, Hannah Arendt apontava no sionismo um canal de ação direta contra essa inversão do papel do Estado alemão. Em *Eichmann em Jerusalém*, Hannah Arendt alertava sobre a situação em que o Estado israelense já se mostrava fundir povo-Estado: “Daí a estranha vaidade: “não fazemos distinções étnicas”, que soou menos estranha em Israel, onde a lei rabínica governa o *status quo* pessoal de cidadãos judeus, proibindo judeus de casar com não-judeus; os casamentos realizados no exterior são reconhecidos, mas os filhos de casamentos mistos são legalmente bastardos (filhos de pais judeus nascidos fora do casamento são legítimos), e se a mãe de alguém por acaso é não-judia essa pessoa não pode nem se casar nem ser enterrada” (Arendt, 2013, p. 17).

A compreensão de Hannah Arendt acerca do sionismo como ideologia racista e nacionalista se mostrava reveladora. Não por acaso, os argumentos apresentados pela autora são contundentes, que até nos dias correntes a autora não é bem vista nos círculos sionistas.

Do outro lado do espectro, os defensores direitistas de Israel concordam que Hannah Arendt era uma inimiga orquestrada de Israel e cerca precursora da “israelofobia”. Não é, claro, o meu juízo. Entretanto, a acusação moral advinda do *lobby* sionista é antiga contra seus críticos. “Mas uma crítica tão radical a Israel e ao próprio sionismo não corre o risco de realimentar o antissemitismo? Hannah Arendt fez troça do mito de um antissemitismo eterno. É um mito que afunda suas raízes no sionismo” (Losurdo, 2007, p. 71).

4.

Desde seu fundamento mais basilar, o sionismo parte de uma fundamentação de uma superioridade cultural e moral. Como afirma o filósofo italiano Domenico Losurdo: “antes da fundação do Estado de Israel, já no curso da *Segunda Guerra Mundial*, quando se estabelecem na Palestina os sionistas programam a deportação dos árabes” (Losurdo, 2007, p. 65).

Ainda segundo Losurdo: “em 1963, [Arendt] publica *Eichmann em Jerusalém*, com as suas flechas contra o sionismo e contra a tentativa de Israel de instrumentalizar o processo em sentido antiárabe, torna-se alvo de acusação como antisemita” (Losurdo, 2007, p. 72). Em outras palavras, o enredo atual não é novo, e apenas reforça o argumento e o

problema.

É importante reafirmar que o sionismo é diretamente ligado ao imperialismo. Fruto de uma ideologia burguesa de colonização de territórios árabes, o discurso impregnado que faz ignorar a *Nakba* (Catástrofe) e os sofrimentos causados por ela, judeus-israelenses mantêm-se em posição de vítimas excepcionais, intocáveis pelo discurso, quando se consideram os maiores sacrificados da história europeia.

A ideia da criação do Estado de Israel, partir de 1945, sobretudo a partir da decisão e a respectiva imposição da partilha em 1947, milhões de judeus, na maioria sobreviventes na Europa, acabaram por invadir o território da Palestina histórica em busca de habitação, fundado no mito da “terra sagrada” – outro belo nome para “colonização”.

Vale lembrar ainda que “semitas” são povos em cujas matrizes culturais são abarcados por elementos culturais, mas também linguísticos. Assim como palestinos, fazem parte desse grupo arameus, hebreus, entre outros. Nesse sentido, nada mais “antisemita”, na verdade, o que Israel pratica, na luta “pelo direito sagrado” que nunca existiu; para o qual uma reivindicação moral ou religiosa se coaduna com o modelo de catástrofe e de genocídio que comporta a modernidade capitalista.

O deslocamento geográfico e linguístico é notável perante o modelo imperialista. Para frisar o argumento de Vladimir Safatle: Gaza não pode ser entendida apenas como um conflito geopolítico isolado, mas como sintomapolítico-teórico das crises que marcam nosso tempo, em que catástrofe, extermínio e dessensibilização se tornam centrais à governança global (cf. Safatle, 2024).

Não é novidade, e muito menos desnecessário dizer, que o capitalismo se caracteriza por uma extensão territorial, empreendida pela busca por mercados externos. Para uma tipificação mais objetiva, ao contrário da mitologia liberal – sobre a suposta espontaneidade do mercado –, a forma-capital se ampliou exponencialmente com as conquistas coloniais.

Junto a isso, a inexorável violência perpetrada pelo Estado capitalista sobre territórios e formas de vida distintas, questão amplamente analisada em momentos importantes de *A acumulação de capital* [1913] e na *Introdução à economia política*, ambos livros de autoria da economista e revolucionária marxista Rosa Luxemburgo. Em resumo, a autora polonesa demonstra, com profundidade, que a barbárie da expansão capitalista e a destruição de formas comunais de reprodução da vida de indígenas e camponesas foram centrais para o estabelecimento do mercado capitalista.

Em *A acumulação do capital*, ela escreve: “A acumulação de capital como um todo, como processo histórico concreto, apresenta, pois, dois aspectos distintos. Um deles desenvolve-se nos centros produtivos da mais valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. Vista sob esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico – cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados e cujas duas fases (no espaço fabril e no mercado) desenvolvem-se exclusivamente dentro dos limites estabelecidos pela troca de mercadorias e pela troca de equivalentes. Nesse nível, a paz, a propriedade e a igualdade reinam como formas e faz-se necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como por meio da acumulação o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca em exploração e a igualdade em dominação de classe. O outro aspecto da acumulação do capital é o que se verifica entre o capital e as formas de produção não capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos das políticas coloniais reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras. Aí a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico. [...] [portanto] ambos os aspectos da reprodução do capital encontram-se interligados organicamente, resultando dessa união a trajetória histórica do capital” (Luxemburgo, 1985, p. 308-309).

5.

Em nosso cenário, voltando, a ligação entre colonialismo e imperialismo precisa assumir, no discurso moral, o aspecto da

política da extrema direita, visando associar às críticas ao Estado de Israel como um subterfúgio para as práticas de censura mediante ao colaboracionismo das grandes *big techs* (Meta, Google, etc.). Não obstante, a atribuição moral do termo “antissemitismo” – como elemento acusatório da arena pública – se torna um bode expiatório *tout court*.

Desde sua fundação, o Estado de Israel teve como base uma fusão entre povo-Estado. Assim, ele foi fundado num contexto que, lembra Arendt, ainda nos fins dos anos 1940, “não há [naquele] momento qualquer organização e quase nenhum judeu individual que não apoie privada ou publicamente a divisão ou o estabelecimento de um Estado judaico” (Arendt, 2016, p. 655).

Deste modo, Israel é resultado também da massificação da qual escreveu Hannah Arendt, bem como fruto da expansão colonial, como escreveu Rosa Luxemburgo. As fontes historiográficas e as críticas teórico-filosóficas não deixam negar. Seu poder político-militar se resume atualmente a ser o braço armado dos EUA no Oriente Médio. Só nos últimos anos, mais de 7 países foram bombardeados pelo Exército israelense, a fim de desestabilizar governos locais, abrir novas rotas comerciais e servir de testa de ferro na briga imperialista com a China e Rússia. O chão histórico é a própria crise do capitalismo, as novas formas de expansionismo militar e de imperialismo.

Portanto, o problema do termo “antissemitismo” serve, neste contexto, para mascarar e esvaziar o conteúdo concreto de nosso tempo: a instalação da barbárie generalizada, o apodrecimento da subjetividade sob o capital e a implementação da falsa memória (ou o esquecimento) como arma de dissuasão e o predomínio constante e vigiado da dominação do imaginário social.

A África do Sul, por exemplo, está cometendo um “ato antissemita” ao acusar Israel de genocídio nas Assembleias Gerais da ONU? A tática retórica que busca desacreditar as críticas às ações de Israel, enquadrando-as em uma narrativa histórica distorcida é, além de tudo, uma atribuição moralizante que visa nos paralisar. Nessa estratégia, a negação e acusação trabalham em conjunto.

O diagnóstico de Theodor Adorno, por sua vez, inscrito no texto “Crítica cultural e sociedade”, no qual há a famosa afirmativa: “A crítica cultural se encontra frente ao último degrau da dialética entre cultura e barbárie: logo que se passou o campo de Auschwitz é uma coisa bárbara escrever um poema, e isso corrói inclusive o conhecimento de porque hoje se tornou impossível escrever poesia” (Adorno, 1962, p. 29). A frase é audível. Porém, eu interpelaria sobre o que a frase pode significar se considerado o inverso.

Descontando a hipérbole adorniana, não só antes, mas quanto depois, escreveram-se não apenas profundos poemas, mas profundos romances sobre os horrores do colonialismo e da barbárie na “modernidade” capitalista; assim, se torna tão necessário hoje “dizer o indizível” dos horrores, pois o apagamento da “memória” nas ruínas em que se inscrevem a barbárie mundial requer, para nós, a sua exata contraposição. Talvez atribuir uma “hierarquia” ou “paradigma” seja um legado também horrível, pois desloca o que acontece diante dos olhos instagramáveis em Gaza, Sudão, Congo, Líbano, Síria etc., ou o que foram os genocídios passados ao redor do planeta.

Em tom de encerramento do que propus aqui, menciono algumas palavras do antropólogo Luiz Eduardo Soares: “Os agentes das carnificinas, o governo de Israel e os nazistas, cometeram crimes contra a humanidade e têm de responder perante a história. Seus crimes não são comparáveis. São um só” (Soares, 2024). Desta forma, enquanto o problema do “antissemitismo” for tratado como conceito moral, toda a humanidade estará condenada a perecer.

***Wesley Sousa** é doutorando em filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Bibliografia

a terra é redonda

ADORNO, Theodor. La critica de la cultura y sociedade. In: *Prismas: la critica de la cultura y la sociedade*. Traducción Manuel Sacristán. Barcelona: Ariel, 1962, p. 9-29.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

ARENDT, Hannah. *Para salvar a pátria judaica*. In: *Escritos Judaicos*. Tradução: Laura Degaspere Monte Mascaro, Luciana Garcia de Oliveira e Thiago Dias da Silva. Barueri-SP, Amarilis, 2016.

BENTO, Berenice. Defensores de Israel usam antissemitismo como instrumento de chantagem. *Folha de São Paulo*, 18/01/2024.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012.

LOSURDO, Domenico. O sionismo e a tragédia do povo palestino. *Crítica Marxista*, São Paulo, v.1, n.24, 2007, p. 63-72.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1913].

PAPPÉ, Ilan. *Dez mitos sobre Israel*. Tradução Bruno Cobalchini Mattos. Rio de Janeiro: Tabla, 2022.

SAFATLE, Vladmir. Pensar após Gaza. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2024/05/15/pensar-apos-gaza/>

SHOENMANN, Ralph. *A história oculta do sionismo: a verdadeira história da formação do Estado de Israel*. Tradução Carla Garcia Carrion e Rosângela Botelho. São Paulo: Sundermann, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. As palavras apodrecem. **A Terra é Redonda**. <https://atterraeredonda.com.br/as-palavras-apodrecem/>

TRAGTENBERG, Maurício. A dialética do sionismo. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá-PR, ano2, n. 22, 2003, p. 1-10.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA